

Maria Cristina D´Almeida Marques é psicóloga do Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM), órgão ligado à Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro, atua no CIAM desde a sua fundação, em 2001, e atualmente se especializa em Psicologia Jurídica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Qual a função do CIAM e como é feito o atendimento às mulheres que chegam até vocês? Elas primeiramente devem passar por delegacias especializadas?

A nossa missão oficial é o atendimento à mulher em situação de violência e discriminação de gênero. Não existe um caminho burocrático para o atendimento. Elas tanto podem vir das delegacias, dos Serviços de Saúde, como podem passar aqui na porta e entrar, também podem ligar para os disques local ou o federal (o 22 99 21 21-estadual ou 180- federal) e serem encaminhadas para cá. O CIAM tem o objetivo de proporcionar à mulher a oportunidade de sair do processo no qual ela se encontrava, pois nós vemos a violência contra a mulher como o efeito de um processo onde estão envolvidas questões de ordem subjetiva, mas também cultural. As manifestações de violência contra a mulher são como sintomas de um tipo de organização social e de um histórico social e cultural. Como se trata de um fenômeno complexo, que envolve ações de diversas áreas, como a policial, a jurídica, a social e a psicológica, é necessária uma rede de atendimento que não se limite a estimular a denúncia do fato à delegacia, mas também possa oferecer orientação jurídica, apoio social e psicológico, visando o fortalecimento pessoal e social dessa mulher. Pois para além da necessidade de medidas médicas, policiais, jurídicas e sociais de emergência, como o atendimento médico; o afastamento do agressor do lar; a determinação judicial do pagamento de alimentos; e o eventual deslocamento dessa mulher, com seus filhos, para uma casa-abrigo; existe também a necessidade de reflexão sobre o processo de construção e reprodução das relações violentas, sua participação por ação ou omissão. É importante, também, ações que visem estimular a inclusão dessas mulheres em projetos ou programas no âmbito da educação e da geração de renda. Como, inclusive, já desenvolvemos aqui no CIAM, com um grupo de mulheres oriundos de nossos grupos de reflexão, que de um projeto piloto que batizamos de “Mulheres no Mundo”.

Nós no CIAM, não vemos esta mulher como uma “vítima”, mas sim como uma mulher enredada em uma “situação de violência doméstica”, ou seja, num processo, que como foi construído é passível de desconstrução. Essa diferenciação, aparentemente ortográfica ou didática, influencia o trabalho desenvolvido com ela. A expressão ‘vítima’ além de passar uma idéia de passividade, é também aprisionante e imobilizante. Isso, porém, não significa que ela não tenha sido de fato vítima de uma ação violenta, a qual tenha atingido seu corpo de maneira brutal e colocado em risco sua segurança e integridade. Quando essa mulher procura uma delegacia ela realmente tem que ser vista como vítima de uma agressão. No momento em que ela precisa se afugentar numa Casa-Abrigo ela também é vítima, precisa sair de sua casa de maneira rápida, mudando completamente sua rotina e de seus filhos, abandonando bens e algumas vezes até seus empregos, para ter a certeza de não será morta ou mutilada. Aqui faço um parêntese, explicar que me refiro, no caso de encaminhamentos à Casas-Abrigo, ao momento inicial da fuga emergencial, e não do desenvolvimento do trabalho com elas durante a estada delas na casa. Portanto, não é errado que estes serviços a vejam como vítima, porque é isso mesmo que naquele momento ela é.

Os Centros de Referência têm um papel diferenciado no atendimento a essas mulheres, atuamos no processo, no envolvimento emocional dessa mulher com esse tipo de relação, o que demanda outro tempo e outros recursos.

Como a relação violenta se estabeleceu ao longo de uma convivência, ou melhor, numa relação, é necessário que essa mulher se veja participante dessa mesma relação, pois somente desse modo, tomando consciência dos motivos objetivos e subjetivos, de suas ações e omissões dentro da relação, é que de fato ela pode reconhecer sua responsabilidade, seu poder e possibilidades de decisão e ação.

Quanto tempo leva o acompanhamento das mulheres atendidas pelo CIAM?

Nós temos uma equipe multidisciplinar com quatro psicólogas, duas assistentes sociais e duas advogadas, que trabalham no atendimento a estas pessoas. O trabalho de superação da violência depende muito dos processos internos de cada uma.

O fato de serem apenas funcionárias mulheres é uma determinação da instituição?

Na verdade não existe nada formalizado, mas assim como nós entendemos que no trabalho com o agressor as resistências são menores quando o atendimento é feito por homens, acreditamos também que as resistências são menores quando a mulher é atendida por outra mulher. Mas isso não é uma determinação oficial nem formal.

Qual o contingente de pessoas atendidas?

Do início de 2001 - quando inauguramos o CIAM - a início de 2008, foram atendidas aproximadamente 13.500 mulheres só no CIAM.

Você desenvolve na sua especialização em Psicologia Jurídica um trabalho que trata de assédio moral. Como ele tangencia a questão de gênero?

O meu trabalho é sobre assédio moral no ambiente de trabalho, mas o assédio moral, em si, pode acontecer em qualquer ambiente, inclusive no doméstico – o que acontece muito freqüentemente. O assédio moral tem íntima relação com a violência psicológica - que está pioneiramente, digamos assim, prevista na nova lei da violência doméstica [Lei Maria da Penha]. Inclusive, está previsto na nova lei o reconhecimento da violência moral, só que levando em consideração outros aspectos mais direcionados para situações onde haja difamação, injúria e calúnia, que são crimes já previstos no Código Penal há muito tempo. Entretanto, como esta lei se propõe a ser mais ampla e pretende englobar todo tipo de violência que uma mulher pode sofrer no âmbito do lar, conseqüentemente, ela reconhece isso como um tipo de violência moral.

Este assédio moral no ambiente de trabalho é predominante nos casos em que o homem está numa posição superior?

Na verdade as relações de violência doméstica se baseiam numa diferença socialmente construída entre sexos. E esta diferença organiza os sexos de maneira hierárquica. Isso se repete de alguma forma no ambiente de trabalho. Existem algumas pesquisas que dão conta de que a maior quantidade de agressores de assédio moral no ambiente de trabalho são homens, mas é claro que é preciso estudar mais o tema, porque levando em consideração que a mulher ainda não conquistou a maioria dos cargos de escalão superior nos postos de trabalho, ainda não se pode relacionar tão intimamente uma coisa à outra.

Nós vemos que Antropologia e História citam a hierarquização de gêneros muito vinculada à divisão do trabalho. É possível pensar uma sociedade em que esta hierarquização de gêneros não exista?

É possível e desejável. Porém há muitas coisas a serem questionadas. Como as sociedades economicamente se organizam? Como o capitalismo moderno estimula a hierarquização das relações, não só no âmbito doméstico, mas também no ambiente de trabalho?... É um desafio para a sociedade inteira pensar numa outra forma de organização, que não seja hierárquica. Por que tem que haver um que manda e outro que obedece? Por que não podemos ter voz em pesos iguais? Por que esta dificuldade tamanha em perceber, aceitar e respeitar as diferenças? Contraditoriamente o que se busca na sociedade capitalista é o reconhecimento individual. Isso é uma contradição: você quer ser reconhecido por suas diferenças, porém ao mesmo tempo, tem dificuldade de conviver com as diferenças, de reconhecer no outro o que de positivo a convivência das diferenças pode trazer.

Pode-se dizer que existe uma subjetividade feminina?

Esta subjetividade feminina é construída socialmente há anos, séculos, porém é algo que pode e está se modificando. Claro que uma coisa que é repetida durante séculos é, de certa forma, introjetada. Esta subjetividade feminina está ligada à história e trajetória social da mulher.

Do ponto de vista social, qual seria a condição da mulher, hoje, no Brasil?

Por exemplo, aqui no CIAM nós trabalhamos com grupos de reflexão. Em um dos momentos de encontro nesses grupos aplicamos uma dinâmica, na qual levantamos uma questão, uma pergunta direta, ou seja, “O que é ser mulher?”. Nosso objetivo é fazer com que elas possam capturar o que se passa não só em seu mundo subjetivo, como também no mundo objetivo em que vivem e as afetam - como elas, sem nunca terem parado pra pensar nessa questão, atuam dentro do contexto social. Fica evidente que apesar de serem mulheres de classes sociais diferentes, idades diferentes, bairros diferentes, elas têm um entendimento muito parecido do que é ser mulher, socialmente falando. Ainda figura nos dias de hoje o imaginário social da mulher responsável pela educação dos filhos, pela estruturação familiar. A mulher como mãe. Uma das funções que mais aparecem é a função materna – e tudo isso é elemento para reflexão e oportunidade para desconstrução de conceitos histórico-culturais limitantes. É importante que elas percebam que todas, inclusive nós profissionais, estamos submersas nesta mesma cultura, que diz que a mulher é mais frágil que o homem, que tem uma série de dificuldades e determinações biológicas a cumprir.

Ainda hoje podemos ver nas revistas, jornais, etc. uma série de artigos, reportagens e notícias onde a medicina está sempre ressaltando uma série de desvantagens da natureza biológica da mulher (como por exemplo a investigação científica sobre o menor número de neurônios da mulher em relação aos do homem, etc), que reforçam a idéia de que a mulher é mais frágil, mais propensa a enfermidades, o que na seqüência pressupõe uma vida produtiva mais curta e mais dependente, o que acaba tendo um efeito sobre a auto-estima feminina.... Ontem mesmo estava observando na televisão um comercial de produto de limpeza. Não tem um produto de limpeza com homem lavando louça! Isso são mensagens subliminares que dizem para a mulher qual o papel dela, onde a mulher está e aonde, ainda hoje, se espera que ela esteja. Então você vê que o papel da mulher na sociedade mudou, porém ainda para um restrito número de mulheres, e seus antigos papéis ainda permanecem no imaginário social.

Atualmente, existem políticas públicas que são destinadas a vários grupos identitários específicos: idosos, crianças, indivíduos GLBT... Como você vê este movimento? Ele nasce de uma incapacidade do Estado em garantir direitos garantidos pela Constituição? Isso seria uma incapacidade de garantir direitos de forma universal?

Isso é realmente necessário. Apesar de a Declaração Universal dos Direitos Humanos ter sido formulada na década de quarenta, ela de fato não funcionava. Foi necessário um tempo, um amadurecimento, ações práticas do Legislativo... Construir uma lei não é suficiente, é preciso trabalhar para que ela seja aplicada. Não dizem que tem leis que pegam e leis que não pegam? Pois é verdade. Então, a Constituição Federal prevê que homens e mulheres sejam tratados de maneira igualitária pela lei... As interpretações do que isso significa variam tanto, que a Lei Maria da Penha está sendo questionada justamente por um fundamento constitucional que prevê a igualdade de tratamento para homens e mulheres. Acontece que esta mesma Constituição solicita que os Estados ajam de maneira a proporcionar o equilíbrio das relações de gênero.

Então, no bojo dessas discussões, vários juristas dizem que esta lei é inconstitucional, porque ela não respeita a determinação de igualdade da Constituição, mas por outro lado, os defensores da Lei contra-argumentam, muito apropriadamente, dizendo que a lei não pode tratar igualmente pessoas desiguais. Então, se historicamente a mulher foi tratada de maneira desigual, desrespeitada, haja vista que até 1932 nem direito a voto ela tinha, a lei tem que tratá-la de uma forma diferente, digamos assim, através de ações afirmativas, como as que são propostas para a população afro-descendente - e que também são questionadas. Mas os defensores tanto das ações afirmativas para afro-descendentes, como das ações voltadas para as mulheres afirmam que até que se consiga igualar substancialmente a posição social desses dois grupos a posição do “homem branco”, são necessárias leis que garantam fortalecimento e a proteção desses grupos. Assim como as mulheres, a população afro-descendente (porque também foi secularmente destituída de participação social, de crescimento social) precisa de leis que garantam o seu desenvolvimento.

Na sua opinião, qual tem sido o papel da Psicologia em relação à condição social da mulher?

Pessoalmente, tenho que dizer que sinto falta do engajamento maior da Psicologia e dos psicólogos nos debates das questões de gênero. Principalmente na área em que eu transito, sinto falta da palavra da psicologia. Acho que os profissionais de Psicologia têm contribuições importantes para dar, mas para isso ele precisa conhecer a realidade, não desprezar o quanto de social atravessa os fenômenos da psiquê humana e se pronunciar a respeito disso. A psicologia trabalha com aspectos subjetivos, individuais, mas tudo isso está sempre submerso no social.